

Mulheres indígenas ocupam prédio da Funai em Altamira, no PA, contra licença da Belo Sun no Xingu

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Alice Catharinne | 10 de março de 2026



Cerca de cem indígenas estão acampados há duas semanas, desde 23 de fevereiro, na sede da Coordenação Regional da Funai, em Altamira, no sudoeste do Pará, em mobilização liderada pelo Movimento de Mulheres Indígenas do Médio Xingu contra a licença de instalação do projeto Volta Grande, da mineradora canadense Belo Sun, quer reabrir a área de extração de ouro a céu aberto do Brasil.

A maioria dos manifestantes são mulheres das etnias Juruna, Xikrin, Xipaya, Kuruaya e Arara. As lideranças pedem a **derrubada imediata da licença**, discordam da **condução do processo pela Funai** e defendem que o **licenciamento deixe a esfera estadual, com a Semas-PA, e passe à competência federal**, sob responsabilidade do Ibama.

Uma reunião on-line discutiu as reivindicações na tarde desta segunda-feira, incluindo lideranças indígenas e representantes da Funai, Ibama, Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas) e Ministério Público Federal (MPF).

O **g1** solicitou posicionamento de todos os órgãos envolvidos e

a empresa, mas ainda aguardava resposta até última atualização da reportagem.



Mulheres indígenas ocupam Funai em Altamira, no Pará – Foto: Movimento de Mulheres do Médio Xingu

O protesto ocorre após uma decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que restabeleceu a licença de instalação do projeto que pretende a maior mina de ouro. Contra a medida, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou recurso pedindo a suspensão imediata da liberação.

No recurso, o MPF havia afirmado que a Belo Sun não cumpriu totalmente as condicionantes judiciais sobre a proteção das comunidades impactadas e alerta para o risco de danos socioambientais e culturais permanentes, caso as obras avancem antes de decisão definitiva sobre a regularidade do licenciamento.

Segundo o MPF, a obrigação de realizar o Estudo do Componente Indígena (ECI) e a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) “não foi satisfeita”.

O órgão argumenta que houve uma espécie de “privatização” da consulta, conduzida por empresa contratada pela própria Belo Sun, embora o procedimento seja prerrogativa do Estado,

conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O recurso também aponta, segundo o MPF, a exclusão de indígenas desaldeados, pendências graves nos estudos apresentados, ausência de definição sobre o hidrograma de Belo Monte e risco de dano irreversível com o início de obras de grande porte, uso de explosivos e alteração permanente do solo.

“A gente está tentando derrubar essa licença de instalação da Belo Sun e também a gente quer que saia da mão do Estado pra ir pra mão do Ibama, porque até então tá na mão da Semas”, afirma Sol Juruna, da Aldeia Paquiçamba (TI Paquiçamba), uma das lideranças do movimento.



Protesto indígena em Altamira é contra licenciamento do projeto Belo Sun no Xingu. – Foto: Movimento de Mulheres do Médio Xingu

Direitos indígenas

A ocupação chama atenção para a situação da Volta Grande do Xingu, território já afetado por Belo Monte e agora com mais um projeto citado como “caso emblemático de violação de

direitos indígenas na Amazônia” no relatório “Minando Direitos”, lançado pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI) durante a COP 30, em novembro na capital paraense.

O documento afirma que a Volta Grande é território tradicional de povos Juruna, Xipaia, Curuaia, Arara da Volta Grande e Xikrin, além de comunidades ribeirinhas e famílias camponesas assentadas, e que o projeto da Belo Sun foi licenciado “sem os devidos Estudos de Componente Indígena para todos os povos afetados e sem consulta livre, prévia e informada”.

De acordo com o relatório, o Projeto Volta Grande prevê:

- duas cavas a céu aberto,
- duas pilhas de estéril,
- dois reservatórios
- e uma barragem de rejeitos com capacidade de 35,43 milhões de metros cúbicos, com estruturas localizadas a pouca distância do rio Xingu.

Também registra que a maior parte das comunidades da região (ao menos 20 aldeias indígenas) já sofreram ou sofreriam impactos diretos e indiretos do empreendimento.

Entre os casos mais graves citados está o da Aldeia São Francisco, do povo Juruna, localizada a cerca de 500 metros a jusante da barragem de rejeitos projetada. O relatório indica que, se o projeto avançar, a comunidade poderá ter de ser removida do próprio território, apesar de não ter recebido estudo específico nem ter sido consultada.

A Funai reafirmou a necessidade de complementação dos estudos e da inclusão de todos os grupos indígenas potencialmente impactados no componente indígena do PBA.

Entre as recomendações do estudo estão a realização de diligência interinstitucional sobre os processos de consulta do Projeto Volta Grande, a revisão dos raios de impacto e a

exclusão do empreendimento da Política Pró-Minerais Estratégicos.

O estudo também lista riscos de vazamento de compostos tóxicos para o Xingu, contaminação por cianeto, arsênio e chumbo, impactos cumulativos com Belo Monte e redução da disponibilidade de água, caça e pesca na região.

Esses alertas convergem com a avaliação de risco produzida pela ONG Amazon Watch em 2022, que defende que o projeto da Belo Sun “representa uma ameaça grave à biodiversidade, ao clima e aos meios de vida das comunidades da Volta Grande”.

Os ambientalistas ressaltam que “a mineração industrial pode induzir desmatamento em um raio de até 70 km e compara os riscos da barragem de rejeitos do projeto aos impactos de grandes desastres minerários no Brasil”.



Projeto Belo Sun, na Volta Grande do Xingu. – Foto:

Divulgação/ Belo Sun

Fonte: gl e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
10/03/2026/07:54:42

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)

- Site: www.folhadoprogresso.com.br
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/
ou adeciopiran.blog@gmail.com

e -
e-mail: